



Senado aprova benefícios para agentes comunitários de saúde

Jefferson Rudy/Agência Senado



À mesa, Eunício Oliveira, Kátia Abreu, Aécio Neves, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Jorge Viana e Ricardo Ferraço

Categoria terá acesso preferencial ao Programa Minha Casa, Minha Vida, contagem de tempo de serviço para aposentadoria, adicional de insalubridade e piso salarial

O Plenário aprovou ontem uma série de benefícios sociais e trabalhistas para agentes comunitários de saúde. O projeto segue agora para sanção presidencial.

Entre as vantagens aprovadas, estão a preferência no Programa Minha Casa, Minha Vida, o reconhecimento do tempo de serviço para aposentadoria, o adicional de insalubridade e o piso salarial.

A preferência aos agentes no Minha Casa, Minha Vida gerou polêmica em Plenário. O líder do gover-

no, Aloysio Nunes Ferreira, apresentou emenda — rejeitada pelo relator, Flexa Ribeiro — retirando esse benefício do projeto. Flexa admitiu, no entanto, que o artigo pode ser vetado pelo presidente Michel Temer.

Existem hoje no país 250 mil agentes comunitários de saúde e mais de 60 mil agentes de combate às endemias, que também estão entre os beneficiados. Eles auxiliam o trabalho de equipes médicas nas residências e fazem a intermediação entre essas equipes e os moradores. **3**



Votos para vereador e prefeito serão disputados por 35 partidos

Embora o grande número de legendas seja apontado como prejudicial à governabilidade por dificultar a relação entre Executivo e Legislativo, ainda não há consenso sobre a melhor solução para o problema.

PEC no Senado cria cláusula de barreira para limitar a atuação de siglas sem “alicerces programáticos”. Mas se for aprovada e virar lei, só valerá em 2018. Nas eleições de outubro, 35 partidos poderão ter candidatos. **4**



Reportagem mostra quais são e como se filiar às siglas registradas no TSE

Lei não permite aborto por zika, afirma Advocacia

Parecer elaborado pela Advocacia do Senado e encaminhado ao STF sustenta que não há base legal para aborto de fetos contaminados pelo vírus Zika. Por isso, recomenda que pedidos de medida cautelar para abortos sejam indeferidos. **2**

Plenário debate PEC que convalida atos do Tocantins

Proposta de emenda à Constituição que convalida atos administrativos do Tocantins assinados de 1989 a 1994, após a criação do estado, passou pela primeira sessão de discussão. São necessárias mais quatro, antes da votação em 1º turno. **3**

Venda de crédito por estados terá mais discussão

Foi adiada a votação do projeto que permite à administração pública vender para pessoas jurídicas privadas os direitos sobre créditos de qualquer natureza. Em Plenário, os senadores não conseguiram chegar a um acordo e decidiram submeter a proposta a mais debates. O

texto pode ser enviado de volta à Comissão de Assuntos Econômicos, de onde saiu sem parecer. Pela manhã, na Comissão de Direitos Humanos, especialistas pediram a rejeição do projeto, que classificaram como um “esquema para falsear a venda de créditos incobráveis”. **3**



Durante debate, Paim anuncia que haveria pedido de retirada de urgência do projeto, que não foi votado em Plenário

Conselho define relatores de projetos de comunicação

O Conselho de Comunicação Social (CCS) se reuniu ontem para distribuir as relatorias de projetos em tramitação no Congresso Nacional. O conselho é um órgão consultivo, integrado por representantes da sociedade, que auxilia o Le-

gislativo em assuntos relativos à comunicação social. Foram designados nomes para relatar propostas sobre obrigatoriedade de veiculação de conteúdo, regionalização da programação e incentivo à produção cultural. **2**



Conselheiros também decidiram realizar dois seminários para discutir educação midiática e crise econômica no setor

Foram designados nomes para relatar propostas relativas a obrigatoriedade de veiculação de conteúdo, regionalização da programação e incentivo à produção cultural, entre outros assuntos

Conselho de Comunicação define relatores de projetos

O CONSELHO DE Comunicação Social (CCS) se reuniu ontem para distribuir as relatorias de matérias em tramitação no Congresso Nacional. O conselho é um órgão consultivo, integrado por representantes da sociedade, que auxilia o Legislativo em assuntos relativos à comunicação social.

Os relatores foram designados pela Comissão Temática de Conteúdos em Meios de Comunicação do CSS. Para matérias ligadas à obrigatoriedade de veiculação de conteúdos, foram escolhidos José Francisco Lima, Maria José Braga e Patricia Blanco. Os projetos sobre regionalização de programação serão relatados por Celso Schröder, Patricia Blanco e Paulo Machado de Carvalho Neto.

Propostas sobre incentivo à produção cultural ficarão com os conselheiros Walter Ceneviva, Luiz Antônio Gerace e Davi Emerich. Para os demais temas, foram designados Nascimento Silva, Miguel Ângelo Cançado e Roberto Franco.

Os conselheiros analisarão vários projetos em tramitação na Câmara e no Senado e vão elaborar relatórios que



Conselheiros também decidiram ontem realizar dois seminários neste semestre

posteriormente serão submetidos ao pleno do Conselho de Comunicação Social.

A Comissão Temática de Publicidade e Propaganda do CCS também se reuniu ontem para a apresentação de relatórios sobre sete itens. No entanto, uma indefinição quanto à forma provocou o adiamento das apresentações.

Seminários

O Conselho de Comunicação Social também decidiu realizar o Seminário Educação Midiática e Informacional no Brasil, programado para o dia 7 de novembro. Entre os convidados, estão o coordenador do Setor de Comunicação e Informação da Unesco,

Alton Grizzle, e a professora Raquel Paiva, da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Também foi aprovada a realização de seminário sobre os efeitos da crise econômica no setor da comunicação, a ser realizado em 10 de outubro.

O conselheiro Nascimento Silva declarou-se preocupado com a eliminação de funções no setor de comunicação, especialmente entre radialistas.

Além da crise econômica, o seminário também vai debater concorrência com empresas estrangeiras de tecnologia digital que, conforme o conselheiro Marcelo Rech, faturam “uma fábula de publicidade sem recolher impostos”.

Humberto quer ouvir ex-advogado-geral da União sobre demissão

O líder do PT no Senado, Humberto Costa, vai pedir que Fábio Medina, demitido da chefia da Advocacia-Geral da União na sexta-feira, compareça ao Senado para explicar os reais motivos da sua substituição. Medina afirmou que queria ajuizar ações de improbidade para que as empreiteiras envolvidas na Lava Jato ressarcissem eventuais prejuízos à União. Isso teria desagradado o chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Paim se diz contra reformas trabalhista e previdenciária

Paulo Paim (PT-RS) rebateu ontem em Plenário conotação pejorativa publicada em jornal de circulação nacional de que ele é o “inimigo número 1” das reformas trabalhista e previdenciária em elaboração pelo governo. Disse ter orgulho de ser taxado como tal, pois as propostas tiram direitos dos trabalhadores e dos aposentados.

— Sou inimigo da reforma, se for para mexer no 13º do trabalhador, nas férias, nas horas extras, no FGTS, na licença-maternidade e no adicional de insalubridade.

Medeiros elogia ações para regularização de terras em Mato Grosso

José Medeiros (PSD-MT) destacou a iniciativa dos governos federal e de Mato Grosso para regularização fundiária, destravando processos com anos de espera. Ele informou que em julho foi assinado acordo de cooperação técnica, celebrado entre o Incra e órgãos da esfera federal e estadual.

Até então, disse o senador, o Incra vinha se mostrando inoperante, o que fez com que ocorresse uma “favelização” nas áreas rurais do estado.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Advocacia do Senado afirma que lei não permite aborto em casos de zika

O presidente do Senado, Renan Calheiros, encaminhou na sexta-feira ao Supremo Tribunal Federal (STF) parecer elaborado pela Advocacia da Casa em que se posiciona contra o aborto para grávidas que tenham contraído zika.

O parecer — pedido pela ministra Cármen Lúcia, relatora da matéria no STF — esclarece dispositivos da Lei 13.301/2016, que trata de medidas relativas a dengue, chikungunha e zika, questionada no STF pela Associação

Nacional dos Defensores Públicos. A Advocacia do Senado sustenta que não há base legal para aborto de fetos contaminados pelo vírus Zika.

A Advocacia recomenda que a questão seja resolvida no Legislativo, e não pela via constitucional, se posicionando contra a interpretação da Constituição a partir do Código Penal, o que permitiria o aborto em caso de zika.

Veja a íntegra do parecer: <http://bit.ly/abortozika>

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário após as 17h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CCT Incentivo à inovação**
8h45 A comissão pode votar o PLS 547/2011, que estimula a inovação no Brasil, e mais 35 itens.
- CAS Cirurgia reparadora de mamas**
9h Na pauta, o PLC 5/2016, que obriga cirurgias plásticas reparadoras nas duas mamas, em caso de câncer.
- CCJ Parceria público-privada**
9h A comissão realiza reunião deliberativa para analisar o PLS 401/2012, que estabelece novo valor mínimo do contrato de parceria público-privada, e mais 35 itens
- CDR Caatinga**
9h Na pauta da comissão, o PLS 222/2016, que institui a Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga.
- CDH Setor aéreo e serviço público**
9h A comissão faz audiência pública sobre a terceirização no setor aeroviário. Às 14h, discute soluções para o serviço público.
- CI Comando da Anatel**
9h A comissão lê relatório de indicação para a presidência da Anatel.
- CMA Uso racional da água**
9h30 A comissão pode votar o PLS 587/2015, sobre campanhas de estímulo do uso racional da água, e mais dez itens.
- CMO Créditos suplementares**
9h30 A comissão pode votar sete projetos de créditos suplementares. Às 14h, audiência com o ministro do Planejamento.
- CAE Crédito para microempresas**
10h Na pauta da comissão, o PLS 370/2012, que assegura prioridade ao crédito do microempreendedor individual.
- PRESIDÊNCIA Ordem do dia**
11h Renan Calheiros dirige reunião de líderes; às 16h, preside a ordem do dia.
- CÓDIGO DE AERONÁUTICA Amazônia**
11h A comissão especial faz audiência pública sobre a aviação na Amazônia.
- SENADO DO FUTURO Plano de trabalho**
11h A comissão analisa plano de trabalho para avaliar política pública que assegure alimentação sustentável para todos.
- MP 734/2016 Segurança olímpica**
11h30 Análise do relatório da MP que liberou R\$ 2,9 bilhões para a segurança da Rio 2016.
- CE Frequência para educação básica**
11h45 Na pauta, o PLS 293/2014, que aumenta a frequência exigida para aprovação na educação básica, e mais 20 itens
- PLENÁRIO Audiências de custódia**
14h Projeto que regulamenta as audiências de custódia é dos projetos em pauta.
- MP 735/2016 Verba para a Eletrobras**
14h30 Relatório da MP que prevê repasse de até R\$ 3,5 bilhões à Eletrobras até 2017.
- CRE Dois embaixadores**
14h30 A comissão sabatina embaixadores para a Costa do Marfim e junto à Agência Internacional de Energia Atômica.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Telmário destaca posse de Cármen Lúcia na Presidência do STF

Telmário Mota (PDT-RR) registrou a posse da ministra Cármen Lúcia como presidente do Supremo Tribunal Federal. O senador lembrou que a ministra será a segunda mulher a ocupar o cargo — a primeira foi Ellen Gracie Northfleet — e isso representa um passo ao desejável empoderamento da mulher.

— Ela representa as milhares de mulheres brasileiras que lutam para quebrar as barreiras impostas pelo cruel e desrespeitoso preconceito.

O senador se disse confiante na atuação da ministra no combate à corrupção.



Jefferson Rudy/Agência Senado

País precisa refletir sobre reforma política, afirma Zeze Perrella

Para Zeze Perrella (PTB-MG), o fato de o Brasil ter tido dois presidentes destituídos em tão pouco tempo e os escândalos envolvendo o caixa dois revelam a necessidade de reflexão profunda sobre financiamento de campanha e reforma política:

— Que tenhamos coragem de tocar o dedo na ferida e ver que o Brasil precisa mudar. Isso passa por uma reforma política, em que as pessoas tenham igualdade de condições nas disputas, que o poder econômico não seja tão forte como sempre foi.

Ele também defendeu o parlamentarismo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Roberto Muniz propõe unificação de datas de eleições

Roberto Muniz (PP-BA) defendeu a unificação da data das eleições para escolha de vereadores, deputados estaduais e federais, senadores, prefeitos, governadores e presidente da República. Ele apresentou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2016, pela qual a unificação se dará na eleição de 2022. Para ele, a medida pode gerar economia.

— Trazendo maior eficiência para os gastos públicos, já que estamos com grande déficit fiscal no governo e os estados sofrendo enormemente com essa crise.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Benefícios para agentes de saúde seguem para sanção

Preferência dada aos agentes comunitários no Programa Minha Casa, Minha Vida gerou polêmica. Segundo o relator, vantagem pode ser vetada

O SENADO APROVOU ontem uma série de benefícios sociais e trabalhistas para agentes comunitários de saúde. O projeto segue agora para sanção presidencial.

Entre os benefícios aprovados, estão a preferência no Programa Minha Casa, Minha Vida, o reconhecimento do tempo de serviço para aposentadoria, o adicional de insalubridade e o piso salarial.

No Senado, o PLC 210/2015 foi relatado pelos senadores Otto Alencar (PSD-BA), na Comissão de Educação (CE), e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Aprovado em julho na

CAS, foi levado a Plenário após requerimento de urgência apresentado por Fátima Bezerra (PT-RN). Não houve acordo na ocasião e o projeto só veio a ser votado agora.

Minha Casa

O líder do governo, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), se colocou contra a preferência no Minha Casa, Minha Vida e apresentou emenda para retirar esse item do projeto. A emenda foi rejeitada pelo relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), como forma de garantir a aprovação sem que a matéria precisasse voltar à Câmara. No entanto, ele alertou para a possibilidade de o governo vetar esse item.

Os agentes terão o tempo de serviço na função contabilizado para aposentadoria e benefícios previdenciários. Também terão direito a adi-

cional de insalubridade, a inclusão em programas de escolaridade e profissionalização e a ajuda de custo para transporte quando participarem de cursos técnicos ou de capacitação profissional.

Ação comunitária

Segundo Fátima Bezerra, existem hoje no país 250 mil agentes comunitários de saúde e mais de 60 mil agentes de combate às endemias. Eles auxiliam o trabalho de equipes médicas nas residências e fazem a intermediação entre essas equipes e os moradores.

Não precisam de formação específica na área, sendo necessário apenas que morem na comunidade atendida, passem por curso de formação e tenham ensino fundamental completo. O piso salarial da profissão é de R\$ 1.014 mensais.

Venda de créditos públicos exigirá novos debates

Sem acordo e por causa da complexidade da proposta, os senadores resolveram ontem, em debate no Plenário, adiar a votação do projeto que permite à administração pública vender para pessoas jurídicas privadas os direitos sobre créditos de qualquer natureza. O PLS 204/2016 pode voltar a ser discutido pelas comissões do Senado. Pela manhã, especialistas reunidos em audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH) chegaram a pedir a rejeição do projeto, que classificaram como um “esquema para falsear a venda de créditos incobráveis”.

A primeira iniciativa para retomar o debate foi o requerimento apresentado por João Capiberibe (PSB-AP) retirando o regime de urgência. Ele pede o retorno do projeto para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), de onde saiu sem parecer.

— É um projeto cheio de controvérsias e difícil de ser entendido. Se não for modificado, poderá ser inconstitucional — alertou.

Jorge Viana (PT-AC) afirmou que conversou com o relator, Paulo Bauer (PSDB-SC), e che-



Especialistas pedem rejeição do texto, em reunião presidida por Paim (4º à esq.)

gou a acordo para promover discussão mais abrangente, antes da decisão final.

Roberto Requião (PMDB-PR) disse que a proposta regulariza práticas que se provaram equivocadas quando implementadas em outros lugares.

— Esse tipo de projeto foi realizado na Grécia em 2010, para resolver o problema de caixa, que era de 105% sobre o PIB. Em 2015, já era de 184%. A Grécia tinha vendido todo o seu patrimônio, estava entregando ilhas, tinha liquidado as empresas estatais e acabado com a aposentadoria.

De autoria do senador licenciado José Serra (PSDB-SP), atual chanceler, o projeto

permite a todos os entes da Federação vender créditos com o objetivo de aumentar a arrecadação. Serra afirma que a prática de se desfazer de créditos sem liquidez reforça o caixa de estados, municípios e União. Argumento que foi muito questionado pelos especialistas reunidos na CDH.

Em seu substitutivo, o relator exige que a venda seja autorizada pelo ministro da Fazenda, no caso da União, e pelos governadores e prefeitos, no caso dos demais entes federados, para a transferência ser efetivada.

Saiba mais sobre a audiência na CDH: <http://bit.ly/debenturesestados>

Proposta convalida atos administrativos do Tocantins

A Proposta de Emenda à Constituição 48/2015, que convalida atos administrativos do Tocantins, teve a primeira sessão de discussão ontem. A PEC é do senador Vicentinho Alves (PR-TO) e precisa passar ainda por mais quatro sessões de debate antes da votação em

primeiro turno.

A PEC altera a Constituição para convalidar atos administrativos do Tocantins durante a criação do estado. Vicentinho explicou que, como Tocantins foi criado pela Constituição em 1988, toda a parte administrativa do estado começou

do zero. Assim, vários atos administrativos entre 1989 e 1994 precisam agora ser convalidados para que, por exemplo, aposentadorias possam ser autorizadas.

— Todos os atos têm que ser necessariamente sem vícios de qualquer natureza — explicou.

Viana comemora bom desempenho do Acre na educação básica

Jorge Viana (PT-AC) comemorou os resultados positivos do Acre no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) em 2015.

Segundo ele, a partir de 1999, o estado deixou de aparecer nos últimos lugares e passou a figurar entre os 15 primeiros.

— Alguém pode dizer: “mas ainda está baixo!”. Sim, mas estamos acima da média nacional e da meta estabelecida. Só quero passar o exemplo, às vésperas das eleições municipais. É pelo município que tudo começa.

Cristovam: governo devia decretar estado de calamidade na área

Cristovam Buarque (PPS-DF) disse que o governo precisa decretar estado de calamidade no quadro educacional brasileiro, como forma de criar constrangimento e para que o país use todos os recursos para superar o que chamou de “vergonha”.

O senador afirmou que ocorrem melhorias pontuais em alguns estados, mas ressaltou que esses avanços estão concentrados em determinada classe social.

— São gerações de brasileiros que são incapazes, por falta de educação correta, de construir um Brasil moderno.

Lasier lamenta índices do ensino e pede providências

Lasier Martins (PDT-RS) disse que os resultados do Ideb de 2015 revelam que o país continua atrasado na educação. Ele disse esperar que os governos de Michel Temer e dos estados tomem providências. O senador destacou que nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio a maioria dos estados não alcançou as metas.

— Se não melhorar a educação, não adianta nos iludirmos com outras medidas. É hora de parar com tudo e pensar na educação.



Jefferson Rudy/Agência Senado



Jefferson Rudy/Agência Senado



Jefferson Rudy/Agência Senado

Brasil vai às urnas em outubro com 35 partidos

Fragmentação partidária dificulta a relação entre Executivo e Legislativo, como no caso de prefeitos e vereadores que serão eleitos no próximo mês. Mas falta consenso sobre a solução

Aline Guedes

O GRANDE NÚMERO de partidos no Brasil, 35 atualmente, tem sido apontado como um fator de crises políticas. Como afirma o consultor do Senado Rafael Silva, a cada eleição, o presidente eleito não consegue a maioria no Congresso dentro da própria legenda e tem de fazer alianças heterogêneas para governar. Mas, de acordo com o consultor, falta consenso sobre como resolver o problema, que também acontece com governadores e prefeitos.

Segundo Silva, uma mudança possível seria a cláusula de barreira, que impede ou limita o funcionamento parlamentar da sigla que não alcançar certo percentual de votos. Hoje há 17 partidos representados no Senado e 27 na Câmara.

Para disciplinar o assunto, os senadores Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e Aécio Neves (PSDB-MG) apresentaram a PEC 36/2016, que obteve de saída a assinatura de outros 34 senadores. Relator, o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) também apoia o texto.

A PEC é uma das várias propostas tramitando no Senado sobre reforma política. Estabelece que, para ter lugar no Parlamento, a sigla precisará obter nacionalmente ao menos 2% dos votos válidos em 2018 e 3% a partir de 2022. Os votos devem estar distribuídos em pelo menos 14 unidades da Federação, com mínimo de 2% dos votos válidos de cada uma.

Regra semelhante vigorou com a Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096/1995), mas o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou o trecho da

lei inconstitucional. Agora os autores da PEC avaliam que a nova composição do STF é mais favorável a uma cláusula de desempenho, para “evitar a criação de legendas sem alicerces programáticos e ideológicos”.

Para o também consultor do Senado Arlindo Fernandes, a complexidade na escolha de deputados e vereadores facilita a multiplicação de legendas nas Casas legislativas do Brasil.

— Países como Estados Unidos, França e Inglaterra têm muito mais partidos. Mas

quando fazem eleições, os que conseguem a representação parlamentar são, em regra, em torno de cinco ou seis — diz.

Nesses países vigora o voto distrital, em que cada parlamentar é eleito individualmente, por maioria de votos, dentro de um território: o distrito. No Brasil, candidatos de partidos pouco conhecidos e com poucos votos podem se eleger vereadores ou deputados por integrarem coligações. A PEC prevê o fim dessas coligações, chamadas proporcionais. Mas só valerá, se virar lei, em 2018.

Veja quais são as legendas e como fazer parte delas

Logo	Sigla	Nome	Nº	Filiados	%	SF*	CD*
	PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	15	2.397.418	14,50	•	•
	PT	Partido dos Trabalhadores	13	1.587.478	9,60	•	•
	PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	45	1.442.921	8,73	•	•
	PP	Partido Progressista	11	1.436.657	8,69	•	•
	PDT	Partido Democrático Trabalhista	12	1.249.745	7,56	•	•
	PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	14	1.192.130	7,21	•	•
	DEM	Democratas	25	1.095.796	6,63	•	•
	PR	Partido da República	22	797.510	4,83	•	•
	PSB	Partido Socialista Brasileiro	40	645.383	3,90	•	•
	PPS	Partido Popular Socialista	23	480.626	2,91	•	•
	PSC	Partido Social Cristão	20	417.963	2,53	•	•
	PCdoB	Partido Comunista do Brasil	65	389.644	2,36	•	•
	PRB	Partido Republicano Brasileiro	10	383.929	2,32	•	•
	PV	Partido Verde	43	375.070	2,27	•	•
	PSD	Partido Social Democrático	55	313.245	1,90	•	•
	PRP	Partido Republicano Progressista	44	249.409	1,51	•	•
	PSL	Partido Social Liberal	17	225.115	1,36	•	•
	PMN	Partido da Mobilização Nacional	33	222.594	1,35	•	•
	PHS	Partido Humanista da Solidariedade	31	203.549	1,23	•	•
	PTC	Partido Trabalhista Cristão	36	197.004	1,19	•	•
	PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil	70	185.354	1,12	•	•
	PSDC	Partido Social Democrata Cristão	27	185.069	1,12	•	•
	SD	Solidariedade	77	163.292	0,99	•	•
	PTN	Partido Trabalhista Nacional	19	159.862	0,97	•	•
	PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	28	135.203	0,82	•	•
	PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	50	121.294	0,73	•	•
	Pros	Partido Republicano da Ordem Social	90	85.443	0,52	•	•
	PEN	Partido Ecológico Nacional	51	69.964	0,42	•	•
	PPL	Partido Pátria Livre	54	37.915	0,23	•	•
	PMB	Partido da Mulher Brasileira	35	28.929	0,18	•	•
	PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	16	17.423	0,11	•	•
	Rede	Rede Sustentabilidade	18	15.965	0,10	•	•
	PCB	Partido Comunista Brasileiro	21	14.841	0,09	•	•
	Novo	Partido Novo	30	3.546	0,02	•	•
	PCO	Partido da Causa Operária	29	2.932	0,02	•	•

*SF (Senado Federal)/CD (Câmara dos Deputados)

Como se cria um partido?

1 Obter assinaturas de 101 fundadores em ao menos nove estados



2 Registrar a legenda no Tribunal Superior Eleitoral (TSE)



3 Esse registro é provisório. O definitivo vem com o apoio formal de número de eleitores correspondente a 0,5% dos votos válidos dados na última eleição a todos os integrantes da Câmara dos Deputados



Com que dinheiro a sigla se mantém?

Contribuições

Doações de filiados



Fundo Partidário

Multas eleitorais e recursos orçamentários. A distribuição se faz assim:



Como os partidos decidem quem vai se candidatar?



Por meio das convenções partidárias. Cada partido pode registrar até 150% do número de vagas eletivas disponíveis para o Legislativo. No caso das coligações, até 200% das vagas. Também é preciso cumprir o número mínimo de candidatos por sexo: 30%

Exemplo de uma cidade com 15 vagas para vereador

$$15 \times 1,5 = 22,5$$

Cada partido pode lançar 23 candidatos para vereador e 1 para prefeito

Quando o número depois da vírgula é igual ou menor que 5, arredonda-se o total para cima

O gênero de menor número deve ter no mínimo 7 candidatos



Como se filiar a uma sigla?

Só pode se filiar o eleitor que estiver no pleno gozo dos direitos políticos. Só pode concorrer a cargo eletivo quem estiver filiado ao menos um ano antes da eleição

Passo a passo para se filiar:

1 Leia o estatuto do partido



2 Solicite o registro de filiação



3 Após o registro, uma cópia assinada do termo de concordância com o estatuto deverá ser entregue no diretório municipal, que divulgará a relação de pedidos



4 Após a divulgação da lista de pedidos de filiação, os já filiados terão sete dias úteis para contestar qualquer uma das solicitações



5 Após o prazo, a executiva municipal pode recusar ou aceitar o pedido de filiação



6 Caso aprovado, o novo filiado terá que participar de uma plenária para receber informações sobre o partido



Saiba mais

Vídeo com Arlindo Fernandes
<http://bit.ly/videoPartidos>

Rafael Silva fala à Rádio Senado
<http://bit.ly/entrevistaPartidos>

PEC 36/2016
<http://bit.ly/PEC36de2016>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania